

NOTAS E INFORMAÇÕES

Danos colaterais



Fundos de pensão da Petrobras e da Caixa reforçam ação da PGR contra decisão de Dias Toffoli

Os fundos de pensão Petros, da Petrobras, e Funcef, da Caixa, entraram com recurso judicial contra a suspensão do pagamento da multa bilionária do acordo de leniência da J&F, decidida pelo

ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF). Quando fechou o acordo com o Ministério Público Federal, em 2017, a J&F concordou com o ressarcimento de R\$ 10,3 bilhões, ao longo de 25 anos, como indenização pelas irregularidades nas quais admitiu participação. Como era previsível, os mencionados fundos sofreram o baque da decisão monocrática de Toffoli, que na prática transfere às vítimas da corrupção o prejuízo que deveria ser assumido pelas empresas que confessaram ilícitos em contratos com a administração pública.

Petros e Funcef estão entre os principais investidores institucionais do País. Ao lado da Previ, caixa de previdência dos funcionários do Banco do Brasil, participam de inúmeros projetos, em especial aqueles com retorno a longo prazo, justamente para garantir, no futuro, o pagamento de benefícios a seus participantes. Depois do rombo provocado pelas falcatruas descobertas em operações como a Lava Jato, aposentados e pensionistas desses fundos começaram a sentir no bolso o estrago.

Recente reportagem do **Estado** mostrou que, para reduzir o prejuízo, o desconto sobre os benefícios dos aposentados da Petrobras chega a 34%. Na Caixa, esse desconto é de 19%.

Em janeiro, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, já havia apresentado recurso contra a decisão de Toffoli, anunciada no mês anterior, às vésperas do recesso do Judiciário. Atendendo a um pedido

dos irmãos Joesley e Wesley Batista, controladores do frigorífico JBS, uma das empresas do Grupo J&F, o ministro do STF suspendeu a multa, alegando “dúvida razoável” sobre a voluntariedade do acordo.

Isso apesar das provas, documentos, depoimentos e indícios recolhidos pela própria J&F nas negociações com a Justiça. E desconsiderando todo o material coletado em quatro investigações da Polícia Federal – Greenfield, Sépsis, Cui Bono e Carne Fraca. Tão espantosa quanto a decisão isolada de Toffoli é o fato de o STF ainda não ter submetido à avaliação de todo o colegiado matéria de tamanha relevância.

A decisão de Toffoli parece se enquadrar no recente cavalo de pau do Supremo Tribunal Federal em relação a quase tudo o que a Lava Jato produziu, seja contra políticos, seja contra empresas. Depois de anos gozando de respaldo no STF, com direito a discursos indignados contra a corrupção, a Lava Jato tornou-se subitamente sinônimo de perseguição política, percepção que vem justificando a reversão de punições a empresas envolvidas em grossos escândalos.

A sustação das multas, porém, não tem o condão de zerar o prejuízo que, é bom frisar, não é apenas dos investidores que custearam empreendimentos embrulhados em corrupção. Tampouco apenas das empresas que tiveram seu caixa saqueado. A dívida é com toda a sociedade. E tem de ser paga. ●

Ataque à democracia

STF vê ‘omissão’ e torna réus oficiais da antiga cúpula da PM do DF

Sete militares foram acusados de facilitar a invasão das sedes dos Poderes; são os primeiros agentes públicos a responder pelo 8/1

PEPITA ORTEGA

O Supremo Tribunal Federal colocou no banco dos réus sete oficiais da antiga cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal acusados pela Procuradoria-Geral da República de omissão ante os atos golpistas de 8 de janeiro. Para a PGR, a conduta dos agentes favoreceu a invasão e a depredação dos prédios dos três Poderes em Brasília. Os sete militares agora réus foram os primeiros agentes públicos denunciados na esteira dos atos antidemocráticos, segundo a Procuradoria.

A denúncia foi recebida por unanimidade pela Primeira Turma do STF em sessão virtual encerrada anteontem. Os réus são os coronéis Fábio Augusto Vieira (ex-comandante da PM do Distrito Federal), Klepter Rosa Gonçalves, Jorge Eduardo Barreto Naime, Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra e Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues, o major Flávio Silvestre de Alencar e o tenente Rafael Pereira Martins. Todos eles chegaram a ser presos no ano passado.

O Ministério Público Federal sustenta que os ataques aos prédios públicos “só foi possível porque as linhas de contenção e defesa não foram montadas de forma eficiente pelos altos oficiais da Polícia Militar do DF denunciados, que aderiram psicologicamente aos crimes praticados pela horda”.

CRIMES. O caso tramita em segredo de Justiça. Com a decisão, os militares passam a responder por crime de omissão, combinado com abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado.

Julgamento
Denúncia foi recebida por unanimidade pela Primeira Turma do STF em sessão virtual

O relator do caso no STF, ministro Alexandre de Moraes, ressaltou ao votar pelo recebimento da denúncia que “os indícios apontados revelam que atuação isolada ou conjunta dos oficiais de alta patente denunciados teria sido suficiente para evitar os resultados lesivos ocorridos”. “A denúncia descreve, de maneira suficiente, as falhas operacionais deliberadamente deixadas pelos denunciados e que permiti-

ram aos golpistas a tomada dos prédios dos três Poderes”, escreveu Moraes, que foi acompanhado pelos ministros Cristiano Zanin, Luiz Fux e Cármen Lúcia.

Na denúncia, a PGR afirmou que os acusados “se mantiveram inertes durante as invasões e as depredações, em descumprimento com os deveres institucionais de proteção e vigilância, quando poderiam e deveriam evitar as ações criminosas cometidas”.

“Milhares de pessoas superaram facilmente as barreiras policiais que deveriam impedir o acesso à Praça dos Três Poderes e às sedes dos Poderes”, diz trecho da denúncia. A PGR anexou vídeos que “demonstram a inércia dos militares” e apresentou mensagens trocadas entre os militares “evidenciando desconhecimento” com o resultado da eleição de 2022.

“Os mais altos oficiais da PM compartilhavam informações falsas sobre fraudes eleitorais e a expectativa de mobilização para impedir a posse do novo presidente. Havia alinhamento entre os denunciados e aqueles que pleiteavam intervenção das Forças Armadas.”

As defesas dos acusados não haviam se manifestado até a noite de ontem. ●

Suspeita de ‘rachadinha’

Fux determina quebra de sigilos de Janones

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, acolheu pedido da Polícia Federal e determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do deputado André Janones (Avante-MG) no inquérito que apura suspeita de “rachadinha” em seu gabinete na Câmara. Os investigadores terão acesso a documentos e dados do período entre janeiro de 2019 e janeiro de 2024. A medida atinge ainda outros seis investigados, assessores do gabinete.

Fux considerou que o pedido da PF foi “devidamente fundamentado”. Para o ministro do STF, “os indícios de possível prática criminosa estão bem descritos na representação, com possível ação conjunta dos investigados no suposto esquema criminoso apurado”.

A rachadinha é a prática ilegal de repasse de salários de funcionários, sobretudo em cargos comissionados, para o político que o empregou.

VALORES. Quando solicitou a diligência, a PF argumentou que a quebra do sigilo bancário dos investigados poderia ser “a única maneira efetiva de rastrear o dinheiro”. Quanto à quebra do sigilo fiscal, a alegação da corporação foi a de que o acesso viabilizaria a verificação de “todos os valores recebidos a título de salário pelos assessores” do gabinete.

Procurado, Janones não havia se manifestado até a noite de ontem. O deputado já negou irregularidades e disse que colocou suas contas à disposição dos investigadores. ● p.a.

Poderes

Pressão leva ministra da Saúde a exonerar secretário

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, decidiu exonerar ontem o secretário de Atenção Primária à Saúde, Nésio Fernandes. Ele era pressionado por líderes partidários e pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que estavam insatisfeitos com a distribuição de verbas da pasta.

No começo do mês, Lira formulou requerimento de informações destinado à ministra da Saúde questionando a pasta

sobre os critérios para a distribuição de verbas e de pagamento de emendas parlamentares.

Médico sanitaria, Fernandes estava no cargo desde o início do governo Lula. Na Saúde, foi o encarregado de gerenciar políticas relacionadas ao SUS e ao programa Mais Médicos.

Procurada, Nísia não quis se manifestar. Fernandes não respondeu. Lira informou que não tem relação com a demissão. ● GABRIEL DE SOUSA E ANDRÉ SHALDER